

Virgílio em campanha contra lei do Governo

JORNAL DE BRASÍLIA

O líder do Governo no Congresso e deputado federal pelo Estado do Amazonas, Artur Virgílio (PSDB), sabia que este dia chegaria cedo ou tarde: teria que escolher entre defender o Governo ou lutar por seu Estado, situação que ele vive agora quando a prorrogação da Lei de Informática, pedida pelo Governo, contraria os interesses da Zona Franca de Manaus. Diante do dilema, Virgílio não teve dúvida: escolheu a defesa de seus eleitores e está fazendo campanha aberta para que o projeto do Governo não seja aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia. O primeiro passo é evitar que o relatório seja votado amanhã na comissão, sem um acordo prévio.

"Não quero partir para o confronto, na base do voto. Encontramos uma solução para o PPA, que parecia bem mais difícil, então também encontraremos uma saída agora", diz ele, que garante não ter esquecido o cargo para o qual o indicou o presidente Fernando Henrique Cardoso. "Quero uma solução que preserve a economia do meu Estado e a visão estratégica do Governo", explica. "Os dois lados vão perder alguns anéis, mas preservarão os dedos", compara.

Virgílio garante que está tratando do assunto tranquilamente e descarta a possibili-

de de deixar a liderança. "Se tivesse certeza que o meu substituto seria de Roraima e não de São Paulo, seria uma boa idéia", justifica, defendendo a tese de que as regiões Norte e Nordeste saem prejudicadas no jogo político. "Não abro mão de um espaço conquistado. É pueril discutir neste nível", argumenta.

Neste momento, porém, o deputado amazonense tem falado mais forte que o líder do Governo. Virgílio está conversado com o representante do Governo no caso, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), líder do Governo na Câmara, e vários ministros, colocando os pontos fundamentais de sua batalha: o prazo da prorrogação de isenção de IPI e a lista de produtos considerados de informática, que ele quer limitar a 40 itens.

O deputado diz que aceita negociar um prazo intermediário entre a proposta da bancada amazonense e a do Governo da prorrogação de isenção de IPI para as empresas de informática de todo o País. O Governo quer prorrogar o prazo até 2013 e os parlamentares do Amazonas preferiam vê-lo terminar no dia 29 de outubro, como está previsto, mas já aceitam extender-lo até 2006.

28 SET 1999